

**IV ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo  
Novos Rumos da Sociedade de Consumo?  
24, 25 e 26 de setembro de 2008 - Rio de Janeiro/RJ**

**Padrões e Percepções do Consumo e o Programa Bolsa Família**

Michele de Lavra Pinto

Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing/RS

[mlavra@espm.br](mailto:mlavra@espm.br) ou [mlavrap@hotmail.com](mailto:mlavrap@hotmail.com)

Janie K. Pacheco

Instituição: Escola Superior de Propaganda e Marketing/RS

[jpacheco@espm.br](mailto:jpacheco@espm.br) ou [janiekpacheco@yahoo.com.br](mailto:janiekpacheco@yahoo.com.br)

Resumo

Este estudo tem a proposta de analisar a relação entre consumo e o Programa Bolsa-Família (PBF). A pesquisa busca expor os padrões e percepções do consumo de um grupo de mulheres residentes na Região Metropolitana de Porto Alegre e que recebem o benefício. O Bolsa Família, criado pelo Governo Federal em 2004 com a finalidade de combater a fome e a miséria e emancipar as famílias mais pobres, unificou vários programas já existentes (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás). Para fazer jus aos benefícios, algumas condições se impõem: realização de consultas pré-natal (para as mães gestantes), acompanhamento médico das crianças e comprovação de frequência mensal à escola (para as crianças cujas famílias são beneficiadas). Desde a sua criação, do ponto de vista do senso comum, se estabeleceu uma polarização a respeito da sua eficácia. Há uma parcela da população que vê o programa como ineficaz uma vez que “dá o peixe e não se ensina a pescar” ou como uma estratégia política do Governo Federal para garantir votos. Por outro lado, para os seus defensores, o mesmo é visto como um programa de transferência de renda para esta parcela da população, pois a insere nos serviços sociais básicos e permite o acesso a bens de consumo. Mas qual a visão de quem recebe esse benefício? O objetivo da pesquisa, portanto, é revelar do ponto de vista destas mulheres qual a percepção e importância do programa e como o valor do benefício é empregado. A abordagem aqui adotada, para tanto, segue a perspectiva presente no precursor estudo de Veblen (1965) e posteriormente adotado por Douglas e Isherwood (2004) e Rocha (2005), que destacam os significados públicos do consumo construídos através dos bens para os seus portadores. Em suma, o consumo, como um fenômeno da sociedade contemporânea, é um modo de classificação social, cuja lógica está para além de explicações que enfatizam o viés econômico ou mercadológico, conforme assinalam Barros (2006), Matoso (2006) e Barros (2007). Pretende-se, portanto, destacar a lógica classificatória e, conseqüentemente, simbólica e cultural, dessas mulheres, que, como consumidoras, formulam justificativas apropriadas para empregar e/ou gastar o benefício recebido.

Palavras-chave: consumo; Bolsa Família; mulheres

## **Introdução**

Nas reflexões feitas acerca do consumo a dimensão econômica é a que primeiro surge. Certamente que uma boa situação financeira resolve e estabelece quem pode comprar (consumir) determinados bens. Porém as questões referentes ao consumo são mais complexas e, estudadas sob a ótica das ciências sociais, ganham outros significados, ou seja, o consumo passa a ser pensado como um elemento cultural e social (além de econômico) que permite compreender sociedades, classificar grupos. Desta forma o consumo opera como um código que traduz relações sociais que permite classificar coisas e pessoas, produtos e serviços. Esta perspectiva é adotada por autores como Douglas e Isherwood (2004), Bourdieu (2007). Douglas e Isherwood (2004, p.125) assinalam que “os bens são neutros, seus usos são sociais; podem ser usados como cercas ou como pontes”. Neste sentido é possível estudar o consumo na visão das classes menos favorecidas, que até a criação do plano econômico real em 1994, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, ficavam à margem das pesquisas de mercado (por não serem vistas como potenciais consumidores) e também no âmbito das ciências sociais que em seus estudos priorizavam questões relacionadas à sexualidade, a relações de gênero, família e trabalho.

Daquele período até o momento atual, os consumidores “formiguinhas”<sup>1</sup>, como foram chamados nos anos 90, ganharam visibilidade, que permanece destacada nos anos 2000.

## **O trabalho de campo: local e grupo pesquisado**

### **Bairro Santo Operário**

As mulheres que compõem o grupo pesquisado<sup>2</sup> residem no bairro Santo Operário<sup>3</sup>, na cidade de Canoas<sup>4</sup>, Região Metropolitana de Porto

---

<sup>1</sup> Com a criação do Plano Real no governo do presidente Itamar Franco, observou-se um aumento de vendas na área de eletrodomésticos, de alimentos (bolachas, iogurtes, etc.), e também nas vendas de cimento e tijolos – vendas estas impulsionadas pelos consumidores de baixa renda. A característica principal desses consumidores era comprar aos poucos, por exemplo, dois sacos de cimento por mês, e por isso chamados de “formiguinhas” pelas empresas, lojas, meios de comunicação.

<sup>2</sup> A pesquisa de caráter etnográfico vem sendo desenvolvida de forma intercalada desde março de 2008.

<sup>3</sup> O Bairro Santo Operário se originou através de invasões em meados dos anos 80. Com o seu crescimento, a prefeitura de Canoas iniciou um processo de urbanização, regularizando abastecimento de luz, água, esgoto, transporte público.

<sup>4</sup> Município fundado em 1939, hoje se caracteriza por ser industrializado (estão instaladas indústrias como: Perdigão, Springer Carrier, Refinaria Alberto Pasqualini, que contribui muito para o PIB do

Alegre/RS. Os moradores, que podem ser classificados como de baixa renda, são atendidos por uma Escola Primária Municipal e uma Escola Estadual de Ensino Médio, um posto de saúde municipal e uma creche. Benefícios esses apontados pelos moradores como importantes, principalmente pela economia com transportes, uma vez que não é necessário deslocar-se para obter educação e atendimento médico. Segundo Luísa (49 anos), que tem dez filhos, quatro em idade escolar “seria impossível pagar transporte para os quatro”, além disso, tornar-se-ia mais difícil manter o tratamento de saúde do marido, que está com câncer.

O bairro possui ruas asfaltadas, com exceção de duas que ficam paralelas à rua principal. As casas são modestas, algumas construídas de madeira de forma precária, com piso feito de terra batida ou pedaços de madeiras. Outras, em menor número, embora mantenham a simplicidade, têm acabamento em alvenaria. É comum a ocupação de um mesmo terreno por várias casas, ou seja, existe uma casa na parte da frente e um corredor quase sempre lateral que leva a outras moradias, geralmente do mesmo núcleo familiar (filhos(as), pais, sogros, irmãos, primos). Outra característica das moradias são partes inacabadas ou em construção junto à casa principal chamadas de *peças* pelos moradores e construídas de acordo com as condições econômicas da família. Essas *peças* atendem à necessidade de aumentar a casa quando um novo membro passa a residir no local. A chegada dos novos membros se dá pelo casamento, separações e vinda de parentes do interior, como o caso de Amélia. No terreno onde ela reside moram também o irmão e uma prima. Na primeira casa moram Amélia, os três filhos, o marido e a mãe. O local é constituído de uma peça feita de madeira com o chão de cimento e um banheiro de alvenaria.

*Moramos eu, minha mãe, marido e três filhos. Tinha também meu pai, mas ele faleceu na semana passada. Se tivesse dinheiro, aumentava a minha casa. Mas o que queria mesmo era morar sozinha (Amélia).*

Na parte de trás do terreno há mais duas moradias do mesmo tamanho ocupadas pelas famílias do irmão e da prima. Amélia tem o sonho de ampliar a sua casa, na parte superior sob a laje da moradia, a família iniciou a construção de uma

---

município, estão ali instaladas). Está ligada à capital pela BR 116 a uma distância de 13,5 km. A população de Canoas segundo o censo de 2000 é de 306.093 habitantes. A cidade possui uma universidade, ULBRA, e dois centros universitários, Ritter dos Reis e Unilasalle, e tem alta taxa de alfabetização: 96%. (fonte: www.ibge.gov.br)

*peça* para ampliar o espaço, porém, como os recursos materiais são poucos, esta permanece inacabada.

Pelas ruas ou em frentes às casas existe uma movimentação de crianças brincando, porém invariavelmente há a proximidade e o cuidado de algum adulto. O bairro é atendido por duas linhas de ônibus que, segundo alguns relatos, demoram muito a passar<sup>5</sup>.

Para os moradores mais antigos, o bairro cresceu nos últimos anos, porém também houve melhorias. Segundo uma das moradoras:

*O bairro está ajeitadinho agora e é mais seguro, quando vim morar aqui tinham poucas casas, quase barracos e era perigoso, agora ficou bom. (Zélia, moradora há 20 anos no bairro).*

Ainda que salientem as melhorias do bairro, há relatos de tiroteios e “batidas” da polícia atrás de traficantes, porque afinal, *“aqui tem de tudo, trabalhador, mas também bandido”* (Joana). Porém o controle da violência, em caso de assaltos, não é garantido pela polícia, mas pelo traficante do bairro. Segundo as entrevistadas, é ele quem não permite os assaltos aos moradores e também ajuda os que passam dificuldades. Os relatos a este respeito são breves e cautelosos<sup>6</sup>.

## **As Mulheres**

Foram realizadas entrevistas com seis mulheres de diferentes idades, mas com condições de vida semelhantes. Elas possuem baixa renda familiar, nível de escolaridade no máximo até a 5ª série do ensino fundamental e um grande número de filhos(as), à exceção de Zélia, que tem apenas duas filhas e a única que afirmou trabalhar regularmente para sustentá-las.

---

<sup>5</sup> Além dos ônibus que circulam pelo bairro Santo Operário e Centro de Canoas, existe uma linha de ônibus que vai até Porto Alegre. Há também o trem metropolitano, o Trensurb, que liga as duas cidades, porém a estação fica longe do bairro, sendo necessário pegar um ônibus até o local.

<sup>6</sup> Cabe salientar que a pesquisa não abordará a relação que há entre o tráfico no bairro e os moradores. Ele será mencionado quando pertinente ao tema analisado no texto. Este assunto surgiu durante a visita à casa de uma das entrevistadas. A casa dela fica em frente a um bar e num dado dia do trabalho de campo a polícia “apareceu” para prender o traficante. A cena foi presenciada da janela da casa da entrevistada.

**Tabela 1- Perfil das entrevistadas**

<b>Nomes</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Nº de filhos</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>
Maria	27 anos	Casada	06	Estudou até 3ª série primária	Dona de casa
Amélia	48 anos	Casada	06	Estudou até 3ª série primária	Dona de casa (Realiza esporadicamente faxinas)
Luísa	49 anos	Casada	10	Estudou até 1ª série primária	Dona de casa
Joana	46 anos	Viúva	05	Estudou até 5ª série primária	Dona de casa
Cristina	41 anos	Casada	04	Analfabeta – escreve o nome	Auxiliar de limpeza <sup>7</sup>
Zélia	33 anos	Separada	02	Analfabeta – escreve o nome	Faxineira (diarista) <sup>8</sup>

Embora o município de Canoas possua indústrias e a atividade comercial gere muitos empregos, a maioria das famílias moradora do bairro não possui emprego formal que permita ter um salário e garanta uma renda regular. Pela baixa escolaridade, a “única” (e a mais óbvia) alternativa no caso das mulheres é o trabalho vinculado à limpeza de residências e/ou cuidado de crianças. Contudo, para as entrevistadas casadas, não há preocupação em trabalhar fora de casa, pois o papel delas está associado aos cuidados da casa e dos filhos. O papel do homem, como apontam estudos já realizados (SARTI, 1996; FONSECA, 2000) ainda é o de provedor, mesmo que não tenha emprego formal. Assim a estabilidade da moral familiar fica garantida. Zélia e Cristina “assumiram” esse papel em suas casas. Como salienta Sarti (1996, p.46), não há problema a mulher assumir o papel de provedor, a dificuldade que se impõe é manter a dimensão “do respeito, conferida pela presença masculina”. Segundo Sarti (1996, p.46): “Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um ‘chefe’ masculino”. No caso de Zélia, embora ela sustente as filhas, a dimensão do respeito é garantida pela presença do irmão, que reside em outra casa no mesmo terreno, e mais recentemente com a chegada de outro irmão, que, separado, passou a residir com ela e as filhas.

*O meu irmão fica de olho na gente, ele é padrinho da Bruna. Ele cuida e faz tudo por ela. Agora meu irmão mais moço veio morar aqui, ele dá mais segurança para as meninas. Mas já disse: as regras são minhas aqui, nada de namorada e bagunça. Eu não trago namorado para dentro de casa e ele também não pode. Separado, novo, sabe como é. (Zélia)[grifos nossos]*

<sup>7</sup> Cristina trabalha em escritório de Advocacia e tem a carteira assinada.

<sup>8</sup> Zélia não trabalha com carteira assinada, porém paga o INSS como autônoma.

Para Zélia, embora os irmãos não sejam seus provedores, eles representam a figura mediadora com o mundo externo (SARTI, 1996; FONSECA, 2000). O papel, antes conferido ao marido, agora cabe aos irmãos. São eles que vão reclamar com o vizinho acerca do cachorro que pode representar perigo às crianças, é o irmão mais novo que vai buscar a filha na escola mais velha que estuda à noite.

*Meu irmão tem ido buscar a Bruna, eu nunca tive problema quando eu ia, mas com homem ninguém vai se meter mesmo (Zélia).*

No caso de Cristina, o marido é considerado o “chefe” e principal provedor, mesmo que o seu salário seja fundamental para o sustento da casa, e haja uma divisão do pagamento das contas.

Para as demais mulheres entrevistadas, o provedor e chefe da família é o marido. A responsabilidade de trazer dinheiro, segundo seus relatos, é do marido. Eventualmente outros expedientes para obtenção de renda podem ser utilizados, como a faxina. Amélia afirma realizar algumas faxinas, mas “somente” quando o dinheiro está faltando.

*Às vezes eu faço faxina, mas só se aparece alguém precisando ou acontece de ir no lugar de uma vizinha que faz faxina e fica doente (Amélia).*

Entre as mulheres pesquisadas, algo comum é o fato de os maridos e companheiros não possuírem empregos formais com carteira assinada. Quando acontece de adoecerem ou mesmo de virem a falecer, a família fica desassistida. Nessas circunstâncias, o ingresso de receita no domicílio diminui consideravelmente e a família passa a contar, ainda mais, com o benefício do PBF e a ajuda de familiares e vizinhos. Essa dificuldade foi relatada por Joana que, após a morte do marido ficou sem renda, para sustentar o filho e Luísa, que vive esta situação no momento.

*Agora que ele [seu marido] tá doentê<sup>9</sup> estamos passando por necessidades. O que tem ajudado é o dinheiro do governo e meu filho mais velho que paga uma luz, dá alguma coisa para gente. Tá difícil (Luísa).*

Segundo o relato das mulheres entrevistadas, o dinheiro recebido do PBF é de sua responsabilidade o que lhes dá autonomia para gastar no que julgarem necessário. E em caso de doença ou falecimento do marido, como foi citado acima,

---

<sup>9</sup> O marido de Luísa está com câncer em fase terminal.

conseguem manter-se. Nos demais casos, o marido nem sabe com o quê e como o benefício é gasto. De acordo com Maria, o marido não sabe onde ela gasta o dinheiro e também nunca perguntou. Isso ocorre porque as mulheres são as titulares das contas do PBF e recebem mensalmente o dinheiro, assim como são elas também que ficam encarregadas de realizar os recadastramentos e entrega de documentos quando solicitado pelo setor responsável da prefeitura.

## **O Programa Bolsa Família (PBF)**

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal no ano de 2004, através da Lei Nº 10.836. A lei unificou os vários programas existentes que tinham a finalidade de transferências de renda, entre eles, o Bolsa Escola, Programa de Acesso à Alimentação (PNAA), Auxílio Gás, entre outros.

Segundo o artigo 2º II e III da lei de criação do programa, o benefício é variável e destina-se a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza que tenham em sua composição gestantes, crianças entre 0 e 12 anos ou adolescentes até 15 anos, sendo pago até o limite de três beneficiários por família. Para adolescentes entre 16 e 17 anos, o limite é de dois benefícios por família. O valor concedido é de acordo com a renda per capita das famílias, sendo que a lei considera o máximo de R\$ 120,00, dependendo da composição familiar<sup>10</sup>. De acordo com os condicionantes o valor do benefício recebido pelas famílias é variável. Nenhuma das beneficiárias soube explicar por que recebe mais ou menos que sua vizinha, ou ainda porque há, eventualmente, aumento ou redução do benefício. As oscilações nos valores do benefício geram insegurança, algumas relataram o medo de comprar *fiado* no mercadinho e o dinheiro reduzir ou *trancar* no banco.

*Fui receber no mês e estava bloqueado. Fui até em casa levei documentação que me pediram, mas não sei por que trancaram, não entendi. Aí a gente fica com medo de assumir compromisso (Joana).*

O benefício é pago mensalmente por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com o nome do responsável

---

<sup>10</sup> Lei Nº. 10.836 Art. 2º § 2º Os valores dos benefícios variam de acordo com a renda per capita das famílias assim como da idade das crianças. Os valores são entre R\$ 18,00 a R\$ 58,00 por isso há diferenças de valores recebidos pelas famílias. A pesquisa realizada pelo Ibase neste ano (2008) aponta que os beneficiários não sabem por que há diferenças nos valores recebidos. Constatamos o mesmo entre o grupo por nós pesquisado. As mulheres desconhecem a lei e a maioria dos condicionantes.

mediante o número de identificação social de uso restrito do Governo Federal. Entre os condicionantes para receber o benefício estão: realização de exames pré-natal, acompanhamento de saúde, frequência escolar de 85%. Embora a gestão do programa esteja vinculada ao Governo Federal, a lei no seu artigo 9º prevê o controle e a participação em âmbito local, por meio de um conselho ou comitê instalado pelo Poder Público Municipal. O município é o responsável pela identificação e cadastramento das famílias no PBF. A seleção é feita aleatoriamente ou através de informações obtidas junto à população local, escolas, associação de moradores, sindicatos e outros. Após este levantamento prévio, são realizadas entrevistas para atestar a veracidade das informações obtidas.

Segundo os depoimentos das entrevistadas, o controle do PBF no bairro Santo Operário é feito através do posto de saúde e da escola, mas há também as visitas às casas, principalmente quando as crianças faltam por vários dias às aulas.

*A minha pequena ficou doente, gripada com febre, ficou uma semana sem ir para aula. Na semana seguinte vieram ver o que tinha acontecido. Era a assistente social da prefeitura. Aí elas fazem perguntas: se eles têm todas as vacinas, pedem para olhar o material escolar, essas coisas. Eu agora já aviso a escola, minha filha está doente e tudo mais (Maria, 27 anos).*

*Eles controlam tudo, acho que tem no computador tudo sobre a gente. Meu filho adolescente não queria mais estudar, aí falei tudo bem, mas vamos perder o dinheiro da bolsa. Ele disse “não conta para ninguém”, acho errado e também eles ficam sabendo [pois] a escola controla as faltas e eles param de pagar. Aí ele continuou (Luísa).*

O PBF tem recebido várias críticas, e é frequentemente apontado como assistencialismo para resolver o problema da pobreza no país ou ainda faz parte da estratégia política do Governo Federal para garantir votos nas eleições, particularmente em determinadas regiões, como o Nordeste. Segundo Moura (2007, p.05), o PBF adquiriu uma dimensão simbólica na campanha de reeleição do presidente Luis Inácio Lula<sup>11</sup> da Silva conferindo, desta forma, ao governo uma marca social tão intensa que possibilitou a conquista mais votos. O autor também enfatiza que os repasses dos recursos do Bolsa Família não conseguem contemplar todas as famílias que são atingidas por “insegurança alimentar”<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> O autor refere-se à campanha de reeleição do presidente Lula em 2006.

<sup>12</sup> A segurança alimentar e nutricional, “consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente” (**RELATÓRIO**, 2008).



Os que defendem o benefício atribuem a ele um aumento do consumo entre os mais pobres, principalmente no que se refere a melhorias obtidas na alimentação das famílias beneficiárias. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que buscou avaliar o impacto do programa no âmbito nutricional dessas famílias, 87% do recurso recebido é gasto com alimentação<sup>13</sup> (na região Nordeste chega a 91%, enquanto na região Sul a 73%). (**RELATÓRIO**, 2008).

Cabe salientar que a Lei do PBF não estipula em que o beneficiário deva gastar o dinheiro. Segundo a Lei, a finalidade do programa é a transferência de renda com condicionalidades. Segundo os critérios estabelecidos, a família recebe o dinheiro e gasta no que achar necessário<sup>14</sup>.

### **Busca pelo Bolsa Família: não basta “precisar; tem que aparentar precisar”**

Os critérios para concessão do PBF estão descritos na Lei já mencionada, assim como algumas formas de seleção e cadastramento junto ao município responsável. Porém, além de atender aos critérios como renda per capita, frequência escolar, é preciso passar pela entrevista realizada, na maioria das vezes, por uma assistente social. Mesmo quando o beneficiário procura espontaneamente a prefeitura para cadastramento, há nos dias seguintes uma visita “surpresa” à casa do requerente.

A aparência, segundo o relato das entrevistadas, é muito importante para ocorrer ou não a concessão do benefício. Entre as pesquisadas, Joana relata a dificuldade em conseguir o benefício por ter uma casa melhor que a maioria dos moradores do bairro, com vários cômodos (sala, cozinha, dois quartos), construída, segunda ela, quando o marido era vivo e podia dar a ela e ao filho<sup>15</sup> uma vida confortável. Ela relata que algum tempo, após a morte do marido, o dinheiro havia acabado e passou por dificuldades. A solução foi pedir ajuda, cesta básica em igreja,

---

<sup>13</sup> Nas famílias beneficiárias tem havido maior consumo de produtos de origem animal, leite e seus derivados, biscoitos, óleos e gorduras, açúcares e alimentos industrializados e em menor proporção de vegetais e hortaliças. Os alimentos com maior densidade calórica e menor valor nutritivo têm prevalecido na decisão de consumo. Este comportamento alimentar, considerado desfavorável, contribui para o aumento da prevalência do excesso de peso e da obesidade, bem como de doenças associadas a este tipo de dieta (**RELATÓRIO**, 2008).

<sup>14</sup> A pesquisa do Ibase aponta ainda que os recursos são gastos também com material escolar (46%), vestuário (37%), medicamentos (22%), gás (10%); luz (6%); tratamento médico (2%); água (1%).

<sup>15</sup> Joana é viúva do segundo marido com quem teve um filho, hoje com 11 anos. O marido era funcionário da CEASA (Central de Abastecimento do RS) e faleceu em um acidente de moto há oito anos.

parentes e vizinhos. Até que uma das vizinhas comentou do PBF e ela resolveu procurar a prefeitura.

*Eu tinha uma vida boa, vivia no salto, me arrumava, meu marido dava essa condição. Quando acabou, foi difícil. Chegou dia em que não tinha o que comer. Então, com a ajuda da vizinhança, consegui alguma coisa. Aí me falaram da Bolsa Família. Acordei um dia e coloquei a minha melhor roupa e fui lá. Quando cheguei, a mulher me olhou e disse “tu não precisa de BF”. Eu saí de lá chorando, eu precisava. Aí passou um tempo e fui novamente, só que desta vez fui com roupa furada e cabelo sem lavar. Consegui, mas aí passou uns dias e a assistente social veio aqui na minha casa. Quando abri a porta e ela me olhou... Eu tava arrumada a minha filha que não mora comigo é casada, tem 27 anos pagou manicure para mim, tava de unha feita... A mulher olhou com cara de espanto. Aí eu disse: olha, essa casa eu tinha quando meu marido era vivo, a unha minha filha pagou e me ajuda quando preciso. Expliquei toda história, acho que ela entendeu, pois estou recebendo o dinheiro, mas eles vão voltar. A gente tem que ter cara de mendigo, não pode ter boa aparência (Joana).*

*Ser pobre não significa que tem que andar sujo ou mal cuidado. A minha casa é ajeitada, tudo organizado e limpo, mas preciso do dinheiro do BF (Cristina).*

As famílias que são freqüentemente visitadas no bairro são as que têm moradias melhores e renda mais alta. Zélia e Joana são as que têm as melhores casas e andam mais arrumadas, relatam as várias visitas que tiveram em suas residências.

*Na última vez, semana passada, perguntaram tudo, repararam que a geladeira era diferente da última visita. Aí, falei que a minha irmã que meu deu a dela porque comprou outra. Abriram meus armários, pediram o que compro de comida, fruta, produtos de higiene. Tudo, tudo. Achei demais, parece que estamos fazendo algo errado (Zélia).*

Já aquelas cujas condições de moradia são mais precárias raramente há visitas. Luísa que mora em uma casa modesta de madeira ao lado da casa de Joana, diz que só recebeu a visita uma vez, logo quando passou a receber o benefício e que depois não apareceu mais ninguém. Mas já foi chamada na prefeitura para recadastramento quando um dos filhos faltou à escola, mas, segundo ela, isto faz tempo.

*Eles vieram uma vez só. Dá para ver que eu preciso: a minha casa é de pobre. (Luísa)*

O “*parecer precisar*” é julgado não somente por quem fiscaliza, mas também pelos moradores do bairro. Luísa é vizinha de Joana, as casas ficam uma ao lado da outra. No julgamento de Luísa, Joana não precisa do benefício porque, além “*de ter dinheiro no banco*”, ela tem móveis bons.

*A Joana aqui do lado não precisa, olha os móveis que ela tem. Ela comprou com o dinheiro do falecido marido, é tudo bom. Ela tem dinheiro no banco, eu não. Eu não tenho nada, tu tá vendo. A gente passa necessidade (Luísa).*

A trajetória e história de vida dessas mulheres ressaltam a dificuldade de estabelecer, à primeira vista, quem precisa mais do PBF. Menezes e Santarelli (2008, p.20), acerca da pesquisa realizada pelo Ibase, apontam que no universo dos beneficiários é difícil definir um único perfil. Segundo eles, “as vulnerabilidades são múltiplas e os impactos do programa na vida das famílias são diferenciados” (2008, p.20). Podemos perceber, no caso das entrevistadas, que há um julgamento dos que controlam e permitem ter acesso ao benefício, mas há também a censura moral dos próprios moradores do bairro. Esse julgamento é comum no que tange à definição de pobreza, que no caso é estabelecido pelos critérios da aparência e necessidades básicas, cuja principal característica é a carência alimentar. E por isso o gasto em alimentação, além de mostrar-se necessário, é moralmente justificável para as famílias.

### **Consumo e Moralidade: estratégias de compra e consumo**

Embora nenhum artigo da Lei estabeleça qual deva ser o destino do dinheiro recebido pelo PBF, há o juízo tácito de que as famílias beneficiárias, por serem pobres, gastem primeiramente atendendo às carências alimentares. É verdade que a maioria afirma comprar alimentos, porém há aqueles que acham que as suas necessidades e da família são outras. Segundo Douglas e Isherwood (2004, p.39) quando se trata de manter uma pessoa viva, a comida e a bebida são necessidades físicas, mas quando se trata da vida social, “são necessárias para ativar a solidariedade, atrair apoio, retribuir gentilezas, e isso vale tanto para pobres como para ricos”. Em se tratando de consumo, a família é importante, pois, como assinala Caldeira (1984, p.104), “se os rendimentos restringem o que se pode ter, eles não determinam diretamente: a conexão entre a renda do trabalho individual e o consumo que é sempre feita através da mediação da família”. Desta forma, “A maior parte dos projetos de consumo é familiar, não só no sentido de que eles são pensados em função de todo o grupo doméstico, mas também no sentido de que dependem do esforço de seus membros” (1984, p.105).

Para as mulheres, a preocupação com a alimentação é importante, mas ela é mais fácil de ser resolvida pela rede de ajuda mútua entre parentes e vizinhos.

Para as demais necessidades, como pagamento de contas de água e luz, é que se busca ajuda financeira.

*Sempre que tem necessidade compro comida, cesta básica. Senão, gasto com material escolar; uma roupa ou tênis para as crianças, isso custa mais dinheiro. (Cristina)*

*Comida não falta, mas as outras coisas sim. O dinheiro do Bolsa Família me ajudou várias vezes a pagar a luz. As vezes está para ser cortada e não tenho de onde tirar aí vem o Bolsa Família. (Zélia)*

*A minha filha ajuda na comida, compra cesta básica, mas para roupa do meu filho compro com o dinheiro do Bolsa Família, pago uma luz, uma água, material para os filhos (Joana).*

Embora como já assinalamos a compra de alimentos é o destino de grande parte do benefício recebido do PBF, há também o atendimento a outras despesas que se impõem: o pagamento de luz, água, a compra de roupas e material escolar. No bairro Santo Operário são freqüentes os pedidos de cestas básicas por parte dos moradores aos programas assistenciais das igrejas nas proximidades – cabe salientar que o período eleitoral, que ora nos encontramos, esta solicitação é dirigida aos candidatos a vereador de Canoas. “*Ganhar a cesta básica*” é aceito tanto para quem dá quanto para quem recebe, pois como relatam as mulheres “*comida não se nega a ninguém*”. Dar o dinheiro pode gerar desconfiança (de quem doa) sobre como ele será realmente gasto e constrangimento, para quem recebe, provocado por essa desconfiança. Portanto, não se usa a palavra dinheiro para expressar uma necessidade que se busca atender, solicita-se o que é necessário e não se pede dinheiro.

*Ah... eu pedi cesta básica para o vereador.... não tinha mais comida. Ele também pagou o óculos da Jéssica, eu não tinha condição. Esse mês dei a conta de luz para meu filho pagar [pois] tava atrasada. (Luísa)*

*Eu ganhei cesta básica da candidata.... ma, eu não precisava, então dei para ... que tava passando fome. Eu sou assim: quando eu tenho em casa, dou para outro; isso porque já passei fome. (Zélia)*

Segundo Douglas e Isherwood (2006), o direito de dar dinheiro é reservado à intimidade da família e em geral é correto dizer que em torno do campo do consumo temos uma fronteira espontânea e operativa entre duas espécies de serviços: os profissionais pagos com dinheiro, e os pessoais, recompensados em espécie e de nenhuma outra maneira. “Dentro do campo dos

serviços pessoais, oferecidos e retribuídos livremente, exerce-se o julgamento do valor das pessoas e das coisas” (2006, p.105).

As redes de solidariedade e troca estabelecidas no bairro Santo Operário ajudam a suprir a carência de alimentos. Barros (2007, p. 118), em sua pesquisa sobre um grupo de empregadas domésticas no Rio de Janeiro, relata sobre a rede de sociabilidade formada por familiares e vizinhos, que possibilita segundo a autora as mais “diversas práticas de consumo”.

Dessa forma o dinheiro recebido do PBF pode ter outros destinos, como compra de televisão, geladeira, eletrodomésticos, entre outros.

*Eu recebo o Bolsa Família há 4 anos, agora recebo R\$40,00 reais. Mas há dois anos atrás recebia R\$ 86,00. Aí eu e minha filha resolvemos tirar uma televisão que dava exatamente R\$ 85,00 a prestação. Fui pagando todo mês, chegava o dinheiro eu ia lá e pagava. Aí teve um mês que cortaram, não recebi nada. Nossa, me vi louca, não tinha dinheiro para pagar a prestação. Fui lá na prefeitura reclamar, depois de umas duas semanas recebi o dinheiro do BF. Aí consegui pagar a prestação (Zélia).*

*Eu tenho vontade de tirar uma geladeira, mas tenho medo que cortem o dinheiro. Depois se falta para outras coisas, não sei... estou pensando. Mas muita gente aqui tira eletrodoméstico com o BF (Maria).*

*Ah já comprei uma mesa que pagava com parte do dinheiro do Bolsa Família, mas não dá para fazer sempre. Tenho medo que cortem. (Cristina)*

Cabe assinalar que os relatos da destinação do benefício que não seja gasto com alimentação, roupas, material escolar e manutenção da casa (pagamento de luz, água) é feito com cuidado ou mencionado somente nas conversas entre vizinhas que se consideram amigas. Joana enfatiza que “não dá para ficar falando essas coisas. Depois espalham e fica chato para gente”.

No bairro não há lojas que vendam eletrodomésticos e eletrônicos, portanto as compras são realizadas fora do bairro e em locais que facilitem o pagamento em várias vezes<sup>16</sup>.

Segundo Douglas e Isherwood (2004, p.115), “o consumo usa os bens para tornar firme e visível um conjunto particular de julgamentos nos processos fluidos de classificar pessoas e eventos”. Embora as mulheres entrevistadas no bairro saibam quem recebe o PBF, comentar em que ou onde é gasto o dinheiro fica restrito a familiares e aos considerados amigos, porém como os espaços de consumo no bairro freqüentados pelos moradores são

---

<sup>16</sup> As compras realizadas em parcelas através do “carne” são feitas em nome de quem possui carteira assinada, geralmente um familiar que possa comprovar renda e assim obter o parcelamento, prática comum entre consumidores pobres assinalada por Matoso (2006).

públicos há sempre como saber quem compra, onde compra e quanto gastou em alimento e vestuário. Segundo Douglas e Isherwood (2004, p.116), dentro do tempo e do espaço disponível para o consumo é possível “dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja cidade ou campo”.

Além disso, em virtude da distância das grandes redes de supermercados, as compras de alimentos são realizadas, em sua maioria, no próprio bairro Santo Operário. Os *mercadinhos* do bairro preparam e vendem as cestas básicas para os moradores, e estas podem custar entre R\$ 60,00 e R\$ 150,00<sup>17</sup>. A compra da cesta básica é feita pelas famílias das mulheres pesquisadas, e é apontada como a forma mais barata de garantir comida para todos. O valor gasto para adquirir a cesta básica respeita o critério do dinheiro disponível e da necessidade. Entenda-se aqui necessidade não somente alimentar, mas para atender as demais demandas que podem surgir. Demandas estas que podem ser pagamento de contas de água e luz ou compras que incluem roupas e sapatos. Cabe salientar que as compras de roupas e sapatos também são feitas em pequenas lojas do bairro ou no *brechó* realizado pela escola Estadual a cada vinte dias.

O *brechó* possibilita não somente a compra de artigos vestuário por parte dos moradores, mas também a venda e troca de objetos. Os moradores podem colocar a venda objetos que não precisam e comprar outros. Amélia comprou uma bota após vender um rádio.

*Não dá para comprar tudo novo, eu compro roupa e sapato no brechó da escola. Vendi um rádio por R\$ 2,00 e paguei pela bota R\$1,00 real. Costurei um rasgo que tinha na lateral e ficou nova, bem bonita (Amélia).*

Através das compras, vendas e trocas realizadas no *brechó* observam-se, entre os moradores, estratégias de consumo, pois não havendo dinheiro para comprar na loja é possível *consumir* no *brechó*<sup>18</sup>. As mercadorias

---

<sup>17</sup> Os valores das cestas básicas variam de acordo com a quantidade e tipos de alimentos. As cestas de menor valor R\$ 60,00 incluem somente alimentos (feijão, arroz, açúcar, massa, biscoito doce e salgado, sal, café, óleo de soja, extrato de tomate, erva-mate). A cesta de maior valor R\$ 150,00 incluiu além dos alimentos itens de higiene e limpeza, como: sabonete, xampu, paste de dente, sabão em pó, etc.

<sup>18</sup> O *brechó* também recebe doações de pessoas de fora do bairro, estes itens doados são depois vendidos por preços simbólicos aos moradores e o dinheiro usado para melhorias na escola. As doações são feitas por intermédio da diretoria e professores da escola e também dos moradores. Para que os moradores possam vender no *brechó* precisam ser autorizados pela escola, que permite de acordo com a “necessidade” do morador.

que circulam são de baixo valor e de segunda mão, mas permite que sejam escolhidas não somente pelo seu baixo custo, mas também pela beleza e gosto de quem compra.

*Comprei uma blusa no brechó para minha filha igual a da loja, como ela queria, claro não é nova, mas estava em bom estado, paguei R\$3,50 reais (Cristina).*

*Esse casaco é do brechó, comprei por R\$ 2,00 reais é coisa boa e gostei da cor [casaco vermelho de algodão] (Amélia).*

Das mulheres entrevistadas, quatro participam assiduamente do brechó, comprando e vendendo, mas todas salientam sua importância para atender as demandas dos moradores do bairro, uma vez que, como relata Maria, *“o dinheiro é curto e não se pode comprar sempre em loja, a roupa é muito cara”*. Segundo Oliven (2006, p.8) “os objetos são produzidos para um fim, mas acabam tendo vida própria, sendo transformados em outro objeto. O que um grupo joga fora, o outro consome”.

No brechó fica evidente a “reciclagem” dos objetos, o que para alguns não têm mais utilidade para outros significa o acesso a bens que não poderiam ser facilmente adquiridos.

*Na semana passada teve o brechó, tinha recebido o dinheiro do Bolsa Família, fui lá [no brechó] e comprei um cobertor até bem novinho. Tinha dois, aí falei para minha comadre comprar o outro. Na loja ele custa R\$ 60,00 reais e paguei R\$ 5,00. Não tinha condição de comprar na loja. (Maria)*

Segundo Castilhos (2006, p.144), em pesquisa realizada no bairro popular do Jacintinho em Maceió, manter-se como um consumidor, faz o indivíduo, família ou grupo sentir-se como pertencendo a uma comunidade que partilha coisas positivas em comum, e não apenas as negativas (privação). O comprar, doar, vender e trocar no brechó estabelece uma relação entre todos os moradores e possibilita, segundo as mulheres da pesquisa, *“que quem tem mais ajuda quem tem menos”*.

Gastar o dinheiro com objetos do brechó é visto como algo positivo, uma vez que pagando barato sobra dinheiro para demais necessidades da família. A falta de recursos pecuniários, comum às entrevistadas, e que também é possível ser percebida no cotidiano da maioria dos moradores do bairro, não impede que estes possam consumir, criando como já foi dito suas estratégias.

Essa rede de ajuda e troca assinalada anteriormente no se refere à alimentação, também pode ser estendida a outros objetos adquiridos durante a realização do brechó. Não há o julgamento por gastar dinheiro com bens durante o evento, pois ele surgiu da carência de algumas famílias em comprar.

Espaços como *shopping centers* raramente são citados pelas entrevistadas e quando isso acontece são referidos como lugares de lazer, por exemplo, “passear no shopping e ver as vitrines”. Mas, na verdade, isto pouco acontece, pois significa gasto com transporte. A possibilidade ou perspectiva de ganhar dinheiro, mudar de bairro não aparece nas falas dessas mulheres, parece que o único sonho é aumentar a casa que já existe e permanecer no bairro. O tempo para elas é agora, alimentar a família, pagar as contas da casa.

### **Considerações finais (muito preliminares)**

Os resultados parciais deste estudo revelam a lógica classificatória e, conseqüentemente, simbólica e cultural, destas mulheres, que, na qualidade de consumidoras, formulam justificativas apropriadas para empregar e/ou gastar o benefício recebido do governo federal. Cabe salientar que esta lógica classificatória de consumo está marcada pela escassez de recursos pecuniários (como já apontado em estudos recentes realizados), mas também revela as estratégias das quais elas se valem para fazer frente a essa escassez. Como buscamos apresentar os significados do consumo construídos com os bens, e conseqüentemente com o dinheiro, são públicos, pois os bens classificam seus portadores.

Os gastos que essas famílias realizam utilizando o benefício do Bolsa Família permite atender melhor às suas demandas. O valor do PBF ganho todos os meses não é intuído como algo permanente, pois sempre há a possibilidade de deixar de recebê-lo em função dos condicionantes. Porém, o BF serve como um complemento da renda familiar em alguns momentos e em outros se apresenta como “salvador”, por ser este o único rendimento disponível.



Referências:

BARROS, Carla P. Hierarquia, escassez e abundância materiais: um estudo etnográfico no universo de consumo das empregadas domésticas. In: MIGUELES, C. (org.) **Antropologia do consumo: casos brasileiros**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do R. Condições de vida (consumo): uma experiência comum. In: \_\_\_\_\_. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTILHOS, Sergio. Memória, experiência urbana e consumo entre famílias populares no bairro do Jacintinho, Maceió, Nordeste do Brasil. In: LEITÃO, D.; LIMA D. N. de O.; MACHADO, R.P. (orgs.) **Antropologia & Consumo**. Porto Alegre: AGE, 2006.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Byron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra** – etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

MATOSO, Cecília. Existe um comportamento específico dos consumidores pobres? **Anais do I Simpósio Internacional de Administração e Marketing e III Congresso de Administração da ESPM**. São Paulo, 26 a 28 de julho de 2006.

MENEZES, Francisco M. ; SANTARELLI, Mariana. O bolsa família funciona? In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 2, nº13, agosto, 2008.

MOURA, Paulo G. M. de. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Revista Katá**. Florianópolis, v. 10 n. 1 p. 115-122 jan./jun. 2007.

OLIVEN, Ruben G. Prefácio - Consumo, logo existo. In: LEITÃO, D.; LIMA D. N. de O.; MACHADO, R.P. (orgs.) **Antropologia & Consumo**. Porto Alegre: AGE, 2006.

**Relatório Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas**. Documento síntese, junho 2008. Disponível em <[www.ibase.br](http://www.ibase.br)> Acesso em 14 de agosto de 2008.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 1996.

<[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 11 de agosto de 2008.